



Editorial

A auto-organização e o protagonismo de migrantes, emergentes nos últimos anos, e o esforço das instituições que promovem e defendem seus direitos e projetos têm focalizado as atenções e revelado a complexidade que caracteriza os deslocamentos populacionais.

Neste processo de aproximação ao tema a partir de uma pluralidade de abordagens, interesses e objetivos, a pesquisa e a produção científica têm representado um papel determinante, seja para o conhecimento do fenômeno e de seus interlocutores, seja para o fomento das possibilidades de superação de leituras e interpretações unilaterais, com a multiplicação de olhares e saberes sobre o tema. O tema das famílias migrantes e das relações familiares de pessoas em mobilidade ganhou, neste contexto, mais espaço e uma configuração sem precedentes.

Além do tema da mobilidade humana, o assunto diz respeito também a novas configurações da estrutura familiar em suas adaptações aos desafios aportados pelo fenômeno migratório. Entendida como espaço de negociação, às vezes conflitiva, de interesses endógenos e exógenos, a família é interpelada e impelida a fortes mudanças em contexto migratório. Um exemplo é representado pela assim chamada “família transnacional”, que quebra o pressuposto clássico da proximidade territorial dos membros do núcleo familiar. De forma análoga, os desafios relacionados ao encontro com culturas e códigos jurídicos diferentes e, sobretudo, algumas exigências relacionadas ao próprio processo migratório têm provocado uma remodelação das relações familiares tradicionais.

A perspectiva dos direitos humanos no estudo das migrações focalizou as pesquisas e os esforços de análise e tentativas de incidência nas práticas a partir dos problemas e das emergências das primeiras

etapas do projeto migratório, com uma visão ainda prevalentemente individual dos atores que compõem esses fluxos. A migração entendida como experiência e processo familiar abre possibilidades múltiplas para o conhecimento da realidade dos fluxos, de seus atores e, sobretudo, dos âmbitos humanos e sociais vividos e sofridos pelos implicados não somente na primeira, mas com maior intensidade, nas etapas que se seguem às vivências das famílias em mobilidade, depois que o processo foi desencadeado e a primeira fase superada.

A priorização da questão familiar em contexto migratório implica e possibilita a superação de uma visão meramente trabalhista e instrumental do migrante, enquanto mão-de-obra temporária, barata, flexível e explorável. Acolher o migrante, pois, significa abrir as fronteiras para um ser humano e seu projeto de vida, que abrange, na maioria dos casos, a construção de uma vida familiar no lugar de chegada.

Enfim, as migrações desafiam e reconfiguram os modelos tradicionais de estrutura familiar e as estratificações de gênero, ao passo que os núcleos familiares, que estão envolvidos de diferentes maneiras nas dinâmicas migratórias, acabam condicionando os fluxos populacionais, suas modalidades e objetivos. Dito de outra forma, a clássica migração do trabalhador masculino e a posterior reunificação com a mulher e seus filhos, embora ainda existente, deixa o passo a outras tipologias migratórias, em que tanto as mulheres quanto os filhos assumem papéis mais marcantes e protagonicos.

O presente volume da REMHU traz textos de estudos especializados na abordagem interdisciplinar, típica da Revista, os quais favorecem o desdobramento das diferentes perspectivas disciplinares e metodológicas com as quais a temática migratória revela sua potencialidade como dinâmica macro-estrutural. Os textos de Psicologia, Geografia Humana, Ciências Políticas, Demografia, Pedagogia, Antropologia, Psicologia Social, Ciências Sociais, Teologia, Teologia Bíblica, Comunicação e Sociologia que compõem o volume representam importantes auxílios para interpretar o fenômeno migratório priorizando questões relacionais e superando os aportes meramente individualistas, ainda que fundamentados nos direitos humanos.